

ASPECTOS DA NATUREZA HUMANA: COMENTÁRIOS SOBRE O SER HUMANO E SUA CONDIÇÃO

ASPECTS OF HUMAN NATURE: COMMENTS ABOUT THE HUMAN BEING AND ITS CONDITION

Rogério Tolfo¹
Emily Argolo S. Leal²
Raike Barone Costa Santos³
Waldete P. Milla⁴
Roberto Sávio Rosa⁵

Resumo:

O presente artigo possui por objetivo analisar os aspectos da natureza humana e a sua condição, a partir dos argumentos filosóficos de Baruch Spinoza, o qual demonstra que o ser humano deve sair do conhecimento imaginativo e evoluir para o conhecimento do segundo e terceiro gênero, onde estes nos ensinam a distinguir o verdadeiro do falso, potencializando nossa vida no existir, ou seja, conhecendo os aspectos pelas causas (essência) e não pelo efeito (imaginação). Além dos argumentos de Erich Fromm, que tem seu pensamento calcado na visão do humano na sociedade capitalista e sua saúde mental, e de Karl R. Popper, em sua filosofia da mente e na sua exposição do paradoxo da tolerância, com a intenção de seguir a ordem cronológica desses pensadores, partindo da filosofia moderna à contemporânea. De modo que, para tanto, esse trabalho foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica, que possui por finalidade analisar e construir novos paradigmas a partir de teses já trabalhadas com afinco. Assentado nisso, concluiu-se que apenas a autonomia conquistada através do conhecimento possibilita a liberdade e, apenas os acordos sociais construídos por indivíduos guiados pela responsabilidade moral, podem garantir a sua manutenção.

Palavras-chave: Conhecimento; Liberdade; Responsabilidade moral; Sociedade capitalista; Tolerância.



¹ Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil. rtolfo@uesc.br

² Graduada em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz, com participação em Iniciação Científica com o projeto intitulado “O caráter finito das teorias científicas na Lógica da investigação científica de Popper”. emily.argolo29@gmail.com

³ Graduando em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz, com participação em Iniciação Científica com o projeto intitulado “Liberdade e Violência: acerca da extravasão e dignidade humana”. rbc Santos.fls@uesc.br

⁴ Graduanda em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz, com participação em Iniciação Científica com o projeto intitulado “Teoria dos afetos, servidão e liberdade na Ética de Spinoza”. wpmilla.fls@uesc.br

⁵ Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil. Coordenador do Projeto de Pesquisa: Wilson Lins: o Demiurgo artesanal que entrelaçou Goethe, Nietzsche, Sertão e Cangaço. Cadastro PROPP número 073.6770.2020.0007700-15. savio@uesc.br

Abstract:

This article analyzes aspects of human nature and its condition, based on the philosophical arguments by Baruch Spinoza, who demonstrates that the human being must leave imaginative knowledge and evolve to knowledge of the second and third kind, where these teach us to distinguish the true from the false, empowering our life in existence, in other words, knowing the aspects through causes (essence) and not through the effect (imagination). Beyond the arguments by Erich Fromm, whose thinking is based on the vision of the human in capitalist society and their mental health, and by Karl R. Popper, in his philosophy of mind and in his exposition of the paradox of tolerance, following the chronological order of these philosophers, starting from modern philosophy to contemporary philosophy. Therefore, for that purpose, this work was built from a bibliographic research, that has the characteristic of analyzing and building new paradigms based on theses that have already been worked on diligently. Based on this, it was concluded that only autonomy achieved through knowledge enables freedom and only social agreements constructed by individuals guided by moral responsibility can guarantee its maintenance.

Keywords: Capitalist society; Freedom; Knowledge; Moral responsibility; Tolerance.

Introdução

O trabalho aqui desenvolvido se propõe a comentar os aspectos da natureza humana de acordo com as perspectivas de alguns pensadores, sendo, respectivamente, Spinoza, Fromm e Popper, com o intuito de analisar as diferentes filosofias, traçando, portanto, uma pedra de toque que permita o desenvolvimento das questões relativas à condição humana.

Baruch Spinoza, filósofo holandês do século XVII evidencia a realidade da condição humana, que se forma no domínio do poder entre os seres humanos no decorrer dos séculos. O filósofo toma como fundamento a afirmativa de que o ser humano nasce ignorante e, todos tendem a explorar o que lhes é útil, estando conscientes disso. Com efeito, disso se segue, em primeiro lugar, que os seres humanos conscientes de suas escolhas e desejos, acreditam serem livres, não supondo de nenhuma forma as causas que os impulsionam a ter essas vontades e esses apetites, porque as ignoram.

Já de acordo com o pensamento de Erich Fromm, em *A psicanálise da sociedade contemporânea* o homem está subordinado a vivência em uma sociedade capitalista. Com isso, o desenvolvimento industrial faz com que o ser humano perca sua particularidade individual e comece a ser percebido apenas como um número, ou seja, o sujeito torna-se apenas parte do mecanismo da máquina social. Desse modo, o conceito de saúde mental é deturpado e os modos de desenvolvimento pessoal e interpessoal se tornam domínios do aparato capitalista.

Enquanto isso, Karl R. Popper, ao longo do desenvolvimento da sua filosofia, conclui e analisa algumas características humanas em suas teorias da mente e do paradoxo da tolerância, sendo elas, principalmente, a liberdade e a responsabilidade. De modo que, no que diz respeito à liberdade, essa seria um aspecto da existência de tudo o que há, a partir de um evolucionismo emergente, sendo percebida mais nitidamente com o advento da consciência. A partir disso, a liberdade passa a estar atrelada às complexidades do individualismo e do convívio em sociedade, de forma que a responsabilidade surge com o pacto social como necessária para a sua manutenção.

Natureza e conhecimento, determinantes na construção da condição humana - Baruch Spinoza

Analisar a natureza humana e sua capacidade de conhecer é uma empreitada intemporal das teorias, argumentações e disputas filosóficas.

Se o pensar, o agir e o sentir são inerentes ao ser humano, o que nos faz lutar por escravidão, pensando estar lutando por liberdade? O movimento contrário às vacinas iniciado pelo próprio Governo Federal, o qual nos levou a um retrocesso abissal na saúde, pode ser um exemplo. A escravidão voluntária é uma questão que envolve a ignorância por ouvir dizer no senso comum, em que a raiz está na construção do poder das castas, através do processo da civilização.

Neste artigo, o conjunto de características que compõem a natureza humana com as quais desenvolvemos o olhar sobre nós e, como interpretamos o mundo na tentativa de sobreviver, será analisado e norteado com base na Primeira parte da *Ética* do filósofo holandês, Baruch Spinoza. Para tal efeito, trataremos de forma sucinta da parte ontológica do sistema spinozano.

No início da *Ética I*, Spinoza nos fala, e define, quais coisas estão abarcadas pela sua ontologia, a saber, substâncias e modos. Para ele, substância “[...] é aquilo que existe em si mesmo e que por si mesmo é concebido” (E. I, def. 3); modos “são as afecções de uma substância, ou seja, o que existe em outra coisa, por meio da qual também é concebido” (E.I, def. 5). Podemos observar que as substâncias são pressupostos ontológicos e epistemológicos para os modos, uma vez que estes não poderiam existir, nem ser concebidos sem aquelas. Em síntese, para Spinoza existem substâncias e modos, e estes são modos da substância.

Como parte do processo demonstrativo da *Ética I*, Spinoza não demora em evidenciar que existe apenas uma substância, e, assim, que todos os modos são afecções desta. Essa Substância é Deus e os modos são todas as coisas finitas que se seguem necessariamente da natureza divina.

No entanto, é preciso observar que o filósofo, ao definir Deus, nos diz que este consiste de infinitos atributos, o que nos impele a entender o que é um atributo, no âmbito de sua ontologia. Spinoza diz, “atributo é aquilo que, de uma substância, o intelecto percebe como constituindo a sua essência”. Dizendo de outra forma, atributo é o que constitui a essência da substância, conforme percebido pelo intelecto. Isso quer dizer que Deus expressa-se sob infinitos atributos, dentre os quais o ser humano conhece apenas dois: pensamento e extensão.

Uma vez que Deus expressa-se sob esses dois atributos, os seus modos serão expressos como ideias (modos de Deus, enquanto expresso no atributo pensamento) e corpos (modos de Deus, enquanto expressos no atributo extensão).

A partir deste momento, nos inclinaremos sobre as questões epistemológicas que abarcam as formas de conhecimento e, sobre como o conhecimento é responsável pelo estar no mundo, numa visão simples, porém, não menos complicada que a condição que nos encontramos, a escravidão.

A ética para Spinoza é o conhecimento da ordem necessária da natureza, ou seja, vivemos eticamente quando a mente humana se esforça para conhecer a natureza, não através de ficções, mistificações ou pecados, mas a natureza como realmente ela é, na sua ordem necessária. Quando isso acontece, essa forma ética de vida, do viver atento e ativo, temos um real conhecimento das coisas. Spinoza nos diz que mente (pensamento) e corpo (extensão) são uma e mesma coisa, os quais são modos de dois dos infinitos atributos de Deus.

A ideia da mente, assim como a do corpo, são uma e mesma coisa, compreendidos no intelecto de Deus, seguindo uma ordem necessária da mesma conexão de causa. A atividade e liberdade estão ligadas ao conhecimento das coisas como elas são, e não de forma fictícia deturpada. Dentro desse contexto, o filósofo demonstra que a natureza humana é constituída de mente e corpo, sendo a mente a ideia do corpo. A mente vai conhecer as afecções que vão acontecer no encontro de outros corpos com o nosso corpo.

Para Spinoza, afecção é uma modificação corpórea. O ser humano é um ser de encontros e, como tal, esses encontros com outros corpos o modifica. Tudo que se passa no corpo, se passa na mente. Essas modificações, ou essas marcas que vão acontecer na mente, acompanham as marcas que ocorrem no corpo. Spinoza vai chamar essas marcas de imagem. As imagens são vestígios, marcas, que vão ficar em nós quando afetados de fora por outros corpos.

Dentro do exposto, devemos nos perguntar como conhecemos e o que é o conhecimento? Para Spinoza o conhecimento é o mais potente dos afetos, nisso consiste que, para o filósofo não há separação de mente e corpo, um corpo é capaz

de muitas coisas; a saber, “digo, porém, que, em geral, quanto mais um corpo, é capaz, em comparação com outros, de agir simultaneamente sobre um número maior de coisas, ou padecer, tanto mais sua mente é capaz, em comparação com outras, de perceber, simultaneamente” (EII, prop.13, cor.). Sendo assim, a capacidade de agir do corpo evolui junto com a capacidade de pensar.

Spinoza considera três modos como conhecimento: o de primeiro gênero, opinião ou imaginação; segundo gênero, racional; terceiro gênero, ciência intuitiva. Para o filósofo, nascemos no conhecimento do primeiro gênero, que é um conhecimento imaginário, por impressões, por marcas; este decorre da imaginação que por sua vez, advém de ideias confusas e inadequadas, porque nela os traços das afecções se misturam, o que ocasiona uma confusão do que é dentro e fora; meu e seu; bom e ruim, no que se refere a ação que sofremos quando afetados por outros corpos. É um conhecimento que trafega pela ignorância, pela superstição, nossa potência ainda não é suficiente para pensar no que e como as coisas acontecem, apenas reagimos.

Podemos entender como impressões, a forma como os corpos afetam nossos corpos e como memória o registro dessas impressões, que é o encadeamento das ideias, ou seja, um encadeamento de ideias que envolvem a natureza das coisas externas ao corpo humano. Porém, esse encadeamento não explica a natureza das coisas.

Destarte, uma afecção não atinge, não alcança o conhecimento adequado do corpo exterior, assim como, não entendemos do nosso próprio corpo. Com isso, temos o resultado de um tipo de conhecimento que se produz da falsidade. De fato, a falsidade consiste na privação de conhecimento que as ideias confusas e inadequadas contém.

O segundo e o terceiro gênero de conhecimento nos ensina a distinguir o verdadeiro do falso. Aquele que consegue distinguir entre o verdadeiro e o falso, é porque tem ideias adequadas para tal ação. Saímos da passividade do primeiro gênero conforme nossa potência aumenta. Nesse sentindo, conforme aumentamos nossa potência, e à vista disso, nossa capacidade de pensar e os gêneros de conhecimento evoluem também, passando por diferentes níveis.

No segundo gênero de conhecimento, quando conseguimos distinguir as ideias adequadas das ideias inadequadas, ou seja, no gênero de conhecimento racional, estaremos buscando o conhecimento pela causa e não mais considerando-o apenas pelo efeito.

Spinoza nos diz que “toda ideia que é, em nós, absoluta, ou seja, adequada e perfeita, é verdadeira” (EII, Prop. 34), demonstrando da seguinte forma:

Quando dizemos que existe, em nós, uma ideia adequada e perfeita, não dizemos senão que (pelo corol. da prop. 11), em Deus, enquanto ele constitui a essência de nossa mente, existe uma ideia adequada e perfeita e, conseqüentemente (pela prop. 32), não dizemos senão esta ideia é verdadeira

O existir da ideia da mente e da própria mente seguem-se em Deus, da mesma potência e com a mesma necessidade do pensar. Sendo a ideia um conceito da mente, que a mente forma porque é uma coisa pensante, para Spinoza, “[..] a ideia da mente, isto é, a ideia da ideia, não é senão a forma da ideia, enquanto esta última é considerada como um modo do pensar, sem relação com o objeto” (E.II, prop.21, esc.).

Para melhor explicar o segundo modo de conhecimento: posso tomar uma ideia e examiná-la, posso tomá-la como objeto de conhecimento, porque quando penso, posso pensar os corpos (coisas extensas), assim como posso pensar também as ideias. Neste caso, tenho a ideia da ideia. Dessa forma, eu crio um conceito, a minha mente cria um conceito de algum corpo, então eu analiso esse conceito e, na medida que analiso esse conceito, essa ideia, eu concebo dessa forma outra ideia. Com efeito, estarei no âmbito da ideia da ideia, ou seja, uma ideia como sendo objeto de conhecimento.

Todo esse movimento, essa ação, advém da razão, da necessidade de reconhecer e distinguir essas ideias como adequadas ou não. Na medida que eu paro para examinar, analisar uma ideia, eu tenho como verificar se ela é uma ideia imaginativa, uma ideia mutilada, ou se é uma ideia adequada. Obviamente em Deus, todas as ideias são adequadas e são conseqüentemente verdadeiras, então, quando penso num corpo, por exemplo e, formo dele uma ideia adequada, eu estou pensando da mesma forma em que Deus pensa, é a mesma ideia que Deus forma quando pensa nesse corpo.

No terceiro gênero de conhecimento, a ciência intuitiva, o corpo e a mente tornam-se capazes de muito, muito mais coisas, o ser humano não vê ou percebe por partes, como abstrações, ele se percebe no todo, abarcado, consciente. A perfeição e potência se elevam para uma maior aproximação possível da Substância, Deus.

Pelo que vimos, podemos entender que a nossa Condição Humana e o estado de Servidão são reflexos de estarmos vivendo no primeiro gênero de conhecimento, ou seja, a imaginação, a falsidade e por ouvir dizer; esse é o tipo de conhecimento que norteia a maior parte da população terrestre. Foi assim que surgiu o poder da extrema-direita, da mesma forma que as castas sociais, gerando o medo através das superstições, com a falsidade, incutindo ideias mutiladas e trazendo para si o domínio e o poder.

Esse é o fato de estarmos vivendo um contrato social que diz respeito a um conjunto de não responsabilidades que o ser humano abre mão em sua vida. Isso nos leva a preferir, a maioria, viver no obscurantismo, nas mistificações e fake News, nos levando a um profundo retrocesso; nos colocamos numa servidão voluntária sistêmica.

Por fim, para conquistarmos uma verdadeira liberdade, não podemos continuar a pensar nos efeitos, e sim, buscar as causas diante de cada situação que nos envolve. Digo envolver, porque estamos abarcados na natureza, isto é, vida. Uma nação só será livre quando pensar como um todo e, não, com eternas disputas individuais empurrada pelo capitalismo que não representa o ser social, o coletivo. Nossa servidão é política, religiosa, social e está dentro do nosso santo seio familiar.

O homem na sociedade capitalista

Desde o século XVIII a sociedade capitalista tem criado maneiras cada vez mais arrojadas para regular a vida em sociedade. Leis e artifícios políticos foram utilizados para legitimar governos ditatoriais e ideologias políticas. Testos bíblicos e teorias pseudocientíficas foram utilizadas para corroborar a escravidão, no Tibete pré-revolução chinesa a sociedade era dividida entre aristocratas, escravos e servos, na Índia o sistema de castas que separa a população em níveis de atuação na sociedade prevalece até a contemporaneidade.

Todavia, a sociedade capitalista formulou um modo de dominação mais eficaz através da democracia. Juvenal Costa afirma:

O capitalismo, na sua forma política da democracia, produziu, porém, uma forma de controle social que vai muito além de tentativas políticas e bélicas de instauração de governos totalitários e de forma muito mais competente que o nazismo e/ou fascismo. Trata-se do controle estabelecido pela indústria cultural criada pela sociedade administrada que, tal como uma imensa teia, invisível, prende os homens numa determinada forma de ser e de estar neste mundo (COSTA, 2013, p. 90-91)

Através da pré-suposição da liberdade no processo democrático a ideologia burguesa propagou a noção de individualidade. Com efeito, a civilização, antes caracterizada pelo ajuntamento social e colaboração mútua entre os indivíduos, ganha outra conotação, agora cada indivíduo deve buscar se destacar dos demais, progredir social e culturalmente através dos seus próprios esforços. A liberdade de ação passa a ser um instrumento de auto evolução, o indivíduo estará integrado à civilização na medida em que se distancia do coletivo.

Contudo, o método burguês não tem por finalidade deixar o indivíduo à revelia de suas próprias potencialidades. Tornar-se-ia um perigo para os mecanismos civilizatórios se ele caminhasse sem a supervisão de normas culturais que indicassem o caminho até a emancipação do coletivo.

Os espaços culturais e as tecnologias sociais são utilizadas para apresentar as fórmulas do sucesso no processo de individualização. Ele dilui os antigos padrões de gênero e dita como cada um deve agir, de acordo com o seu papel social, cria o conceito de meritocracia, onde cada indivíduo pode ascender socialmente através de seus próprios esforços, além de um padrão profissional e estético que devem ser atendidas pelo cidadão moderno. A cultura local é substituída pela “cultura global” e as virtudes pessoais e o senso de comunidade é substituído pelo consumismo.

Frente a tais considerações, observamos que a civilização contemporânea se volta a o *status* material dos indivíduos. Com isso nasce indagações acerca do modo que os mecanismos civilizatórios cuidam da saúde mental dos indivíduos, visto que os humanos são seres ambíguos⁶, e necessitam suprir não apenas necessidades físicas, mas a complexidade dos fenômenos mentais carece de atenção especial. Sobre isso Erich Fromm⁷ afirma:

A saúde mental não pode ser definida em termo de “adaptação” do indivíduo a sua sociedade, mas que, pelo contrário, deve ser definida como adaptação a sociedade as necessidades do homem. E pelo seu papel em impulsionar ou impedir o desenvolvimento da saúde mental (FROMM, 1974, p.81)

É importante observar que a ideia de Fromm acerca da saúde mental descamba na relação que a sociedade tem com o indivíduo. Desta forma, o fato de o indivíduo estar ou não mentalmente sadio não é um assunto particular, mas depende de como a sociedade está organizada.

Sendo assim, o indivíduo pode viver numa sociedade sadia, que tende a desenvolver as suas capacidades de amor ao próximo, trabalhar suas

⁶ Trato por ambiguidade o fato de o homem ser vítima de necessidades físicas e mentais.

⁷ Erich Fromm (1900-1980) foi um filósofo, sociólogo e psicanalista Alemão, grande propagador do socialismo democrático humanista.

potencialidades subjetivas e intelectuais, e ter um sentimento de pertencimento ao conhecimento de si, baseado nas suas capacidades produtivas, ou pode viver em uma sociedade insana, que produz hostilidade, estimula a competitividade exacerbada e priva o indivíduo do conhecimento de si, na medida que o transforma em autômato.

As sociedades podem desempenhar ambos os papéis: impulsionar o desenvolvimento do homem ou retardá-lo. Geralmente “a maioria das sociedades faz as duas coisas, e o problema está somente no grau e na direção em que exerce sua influência positiva e sua influência negativa” (FROMM, 1974, p.81).

Visto isso, julgamos que a saúde mental é mais do que um problema subjetivo e particular dos indivíduos, antes tem suas raízes em como as sociedades suprem as necessidades de seus cidadãos. Entretanto, se Fromm destaca a necessidade da adaptação social às carências do indivíduo, o que observamos é exatamente o processo inverso. Durante o seu desenvolvimento histórico a civilização tem criado moldes específicos e as mais diversas divisões sociais para solidificação e manutenção do sistema. Sobre isso Fromm afirma:

Embora as estruturas sociais se modifiquem no curso do desenvolvimento histórico, permanecem relativamente fixas em um período histórico dado e cada sociedade só pode existir se funciona dentro do arcabouço de sua estrutura particular. Os membros da sociedade e (ou) as várias classes ou grupos por *status* nela existentes têm de comportar-se de maneira que lhes permita funcionar no sentido exigido pelo sistema social (FROMM, 1974, p.87)

Partindo das formulações de Fromm, devemos destacar o papel do caráter social⁸ no processo civilizatório. O caráter social tem a função de moldar a energia dos membros da sociedade, de modo que sua conduta não seja fruto de deliberação no que se refere a seguir ou não uma norma social. Ela substitui as decisões conscientes pelo desejo de comportar-se conforme a regra social e usufruir dos prazeres de agir de acordo com ela. Em outras palavras, o caráter social tem a finalidade de domesticar o indivíduo ao mesmo tempo que cria um estímulo para que ele aja de acordo com a norma social.

O capitalismo e a sociedade industrial moderna não teriam alcançado tamanho êxito se não domesticasse o indivíduo de tal forma que ele baseasse sua disciplina e estilo de vida de acordo com as normas gerais de trabalho, não bastaria que uma ação deliberada pela razão impelisse o sujeito ao trabalho, a pontualidade e a dedicar várias horas de seu dia ao sustento. Com efeito, é interessante ressaltar que “a necessidade de trabalhar, de pontualidade e de ordem teve de ser transformado em impulso interior” (FROMM, 1974, p.88).

Deste modo, a saúde mental aos moldes de Fromm torna-se impossível de ser atingida pela civilização, visto que os mecanismos utilizados para adaptar o homem à sociedade capitalista requer que este funcione de acordo com uma demanda geral: é necessário que o ser humano se adapte às necessidades do capitalismo.

Aspectos da natureza humana na filosofia de Karl R. Popper

⁸ Fromm define o caráter social como o “núcleo da estrutura do caráter compartilhada pela maioria dos indivíduos da mesma cultura, diversamente do caráter individual, que difere em cada um dos indivíduos pertencentes a mesma cultura. O conceito de caráter social não é estático no sentido de simples soma total dos traços de caráter encontrados na maioria dos indivíduos de uma dada cultura”. (FROMM, 1974, p. 86).

Karl Raimund Popper foi um dos mais importantes filósofos do século XX, sendo reconhecido por Peter Medawar e John Eccles, ganhadores do prêmio Nobel de medicina, como um dos maiores, se não o maior, filósofo da ciência. Além disso, sua crítica ao método indutivista e sua proposta do critério de falseabilidade chamou a atenção de cientistas que revolucionaram a física, como, por exemplo, Albert Einstein. Ademais, seu trabalho percorreu caminhos que vão além da filosofia da ciência, influenciado em questões acerca de teorias políticas e econômicas.

Para ele, “o homem criou novos mundos - os da linguagem, música, poesia, ciência - e o mais importante deles é o mundo das exigências morais, exigências de igualdade, liberdade e ajuda aos necessitados” (POPPER, 1974, p.79). Desse modo, entre as características humanas possíveis de serem extraídas de sua filosofia estão a liberdade e a responsabilidade, que se encontram tanto em sua tardia filosofia da mente, quanto em sua teoria política, presente em seus escritos que expressam a sua admiração e crítica ao marxismo, e que expõem a sua visão acerca dos acordos sociais necessários para contornar o paradoxo da tolerância.

A liberdade humana e a teoria dos três mundos

Em função do problema mente-cérebro, Popper apresenta sua teoria pluralista dos três mundos, utilizando a liberdade humana como um de seus argumentos, sendo ela uma das características do universo emergente e criativo. Ele critica as teorias fisicalistas e o dualismo materialista⁹ que visam solucionar o problema em questão, posto que utilizam um determinismo psicofísico que é insuficiente para explicar certas experiências subjetivas e criações humanas.

Para Popper, a causalidade utilizada por tais teorias como justificativa para os processos que esse filósofo considera como estados mentais e para as criações humanas é indefensável, pois produtos da mente humana, uma vez criados, não são redutíveis a processos cerebrais, ele cita como exemplo música e teorias científicas, como a teoria da relatividade, que são objetos “abstratos”, produtos da mente, que descrevem e interagem com o mundo físico. Sendo assim, tais criações são partes do que o filósofo chama de “mundo 3” (mundo dos produtos da mente) e podem, às vezes, ser ao mesmo tempo do mundo 3 e do mundo 2 (subjetivo psicológico), ou do mundo 3 e do mundo 1 (físico).

“[...] With the emergence of man, the creativity of the universe has, I think, become obvious. For man has created a new objective world, the world of the products of the human mind; a world of myths, of fairy tales and scientific theories, of poetry and art and music. (I shall call this “World 3”, in contradistinction to the physical World 1 and the subjective or psychological World 2” (POPPER, 1977, p.15).¹⁰

Além disso, o determinismo das explicações causais desconsidera, por exemplo, a complexidade da linguagem humana, que ultrapassa suas funções básicas, todos os seus produtos e certas interações entre sujeito-sujeito e sujeito-

⁹ No livro “The Self and its brain”, Popper fala das teorias que assumem um dualismo materialista como sendo aquelas que, apesar de aceitar a possibilidade da existência de estados mentais, buscam afirmar que eles podem ser reduzidos a eventos materiais.

¹⁰ Tradução nossa: “Com a emergência do ser humano, a criatividade do universo, penso eu, tornou-se óbvia, visto que a humanidade criou um novo mundo objetivo, o mundo dos produtos da mente humana; um mundo de mitos, contos de fadas e teorias científicas, de poesia, arte e música. (Eu resolvi chamá-lo de “Mundo 3”, em contraposição ao mundo físico, “Mundo 1”, e ao mundo subjetivo ou psicológico, “Mundo 2”).

objeto que demonstram a liberdade humana e que não podem ser explicadas em um determinismo psicofísico. Ademais, coisas como arte e teorias da física não possuem finalidade para a sobrevivência, dessa forma, só podem ser aceitos em uma evolução emergente, assim como a linguagem que, em algum momento do processo evolutivo, teve sua utilização necessária para sobrevivência, uma linguagem primitiva, que forçou a evolução do cérebro humano, como afirma Popper, “One of the first products of the human mind is human language. In fact, i conjecture that it was the very first of these products, and that the human brain and the human mind evolved in interaction with language” (POPPER, 1977, p.11)¹¹, mas que tal função da mente, posteriormente, foi além da sua utilidade fundamental, se tornando complexa demais, de uma forma inútil no que diz respeito à sobrevivência, que, em linhas gerais, é o que guia a adaptação que possibilita a evolução das espécies.

Dessa forma, desenvolveu-se novas funções da linguagem que não podem ter sido originadas em decorrência da utilidade, são “inesperadas”, para Popper, tais funções seriam então mais uma fase da emergência do universo, tal qual a vida e o “self”. Sendo assim, existem as coisas que são puramente estados cerebrais, mas há também coisas que não são reduzíveis a esses processos, são parte, por sua vez, do mundo 2, dos estados mentais. O mundo 2 cria os objetos do mundo 3 e interage com o mundo 1. Para Popper, a interação entre os mundos 1, 2 e 3 demonstra a existência dos mesmos, possibilita a criatividade percebida na natureza e justifica a liberdade humana.

Liberdade e responsabilidade: O paradoxo da tolerância

Para Popper, o ser humano é livre em suas ações, exceto quando está sujeito a um governo totalitário ou quando subjugado pelo acúmulo de poder econômico em poucas mãos, ambas as situações são alvos de suas críticas. A partir disso, ele enfatiza o paradoxo da tolerância, que se trata de como a liberdade irrestrita é inimiga de si mesma. Quando não há limites, nada impede que quem tenha qualquer tipo de poder excessivo, oprima os demais. Deste modo, Magee afirma que, de acordo com a filosofia popperiana, “una libertad absoluta traería consigo el fin de la libertad, y los que defienden la libertad total son de hecho, cualesquiera que sean sus intenciones, enemigos de la libertad.” (1974, p. 108)¹². Nesse contexto, a liberdade ilimitada se auto destrói.

Tendo isso em vista, Popper propõe que haja tolerância apenas para com aqueles que não propagam a intolerância, portanto, há esta limitação necessária para a manutenção da liberdade. Assim sendo, para que este critério seja respeitado, pode-se extrair do trabalho desse filósofo duas vias que se complementam: A regulamentação do poder político e econômico e a responsabilidade individual. Acerca dessa última, Popper em muito se aproxima da maioria kantiana, porquanto ela deriva da emancipação pelo conhecimento, que recai na responsabilidade de cada um por suas ações, sempre visando a manutenção da liberdade. Ou seja, se trata da autonomia que cada um deve alcançar através do conhecimento para, desse modo, não mais deixar-se ser completamente guiado pela

¹¹ Tradução nossa: “Um dos primeiros produtos da mente humana é a linguagem. Na verdade, eu penso que este tenha sido realmente o primeiro deles, e que o cérebro humano e a mente humana evoluíram em interação com a linguagem”.

¹² Tradução nossa: “Assim uma liberdade absoluta traria consigo o fim da liberdade, e os que defendem a liberdade total são certamente, qualquer que seja sua intenção, inimigos da liberdade”

orientação de outros que configurem figuras de autoridade, buscando passar adiante a culpa pelas consequências de seus atos, abandonando a capacidade de averiguar e criticar aquilo que lhe é imposto. Outrossim, cada indivíduo deve ter consciência da sua responsabilidade pela manutenção da liberdade para si mesmo e para os demais.

Quanto aos perigos à liberdade causados pelo acúmulo de poder, Popper tem certa admiração pela tentativa de Marx de criar uma sociedade melhor, visando a suavização da vida. E apesar de sua crítica ao determinismo do historicismo, ele valida em certos aspectos a crítica marxista ao Estado mínimo no contexto do capitalismo e ao liberalismo econômico, visto que a excessiva liberdade econômica - sem qualquer regulamentação - acarreta no acúmulo de poder por parte de um pequeno grupo de pessoas, gerando desigualdade social. De igual modo, Popper alerta que também é um problema que o Estado possua poder irrestrito, porque isso significaria viver sob o risco iminente do surgimento de um totalitarismo. Portanto, conclui-se que “não há liberdade se não for assegurada pelo estado; e inversamente só um estado controlado por cidadãos livres pode oferecer alguma segurança razoável” (POPPER, 1974, p.126), deste modo, é necessário que haja certa intervenção do Estado para regular a economia, visando impedir que o poder financeiro de alguns subjuguem outros e garantindo a igualdade e a liberdade; além disso, pelos mesmo motivos, salienta a importância da democracia para regular o poder dos políticos.

À guisa de conclusão, nota-se que na filosofia de Karl Popper a liberdade está presente tanto em sua teoria dos três mundos, quanto em sua teoria política. A emergência do universo expõe a liberdade criativa que há não apenas no mundo físico (mundo 1), mas também no mundo subjetivo e psicológico (mundo 2) e no mundo dos objetos da mente (Mundo 3). Além disso, esse filósofo evidencia em sua tese acerca do paradoxo da tolerância a liberdade humana e a responsabilidade individual dela derivada, sem a qual a primeira não pode existir plenamente. Em suma, a liberdade e, por consequência, a responsabilidade, são, respectivamente, um aspecto da natureza humana e uma característica surgida com o advento da consciência.¹³

Considerações finais

Podemos concluir que, destarte, quanto a natureza humana e seus aspectos, embora seja trabalhada de diferentes formas por estes pensadores, conseguimos ver a partir de suas filosofias que, com o passar do tempo, houve uma evolução - no sentido de mudanças que seguem-se umas às outras - nas condições externas às quais o ser humano está submetido, forçando, portanto, a constante adaptação aos novos termos que se inserem no contrato social.

O ser humano na sociedade capitalista contemporânea perde a sua identidade de sujeito individual e dilui-se como mais um número no algoritmo da lógica capitalista, abandonado-se a si mesmo. Ou seja, o sujeito não é mais atuante na sociedade com suas emoções, características pessoais e suas potencialidades individuais, passando a ser apenas um autômata, cujo valor é medido pela sua capacidade produtiva e consumista.

¹³ Porquanto o conceito de responsabilidade aqui exposto deriva da organização social que, por sua vez, surge após o aparecimento da consciência humana.

Em conclusão, pode-se dizer que o caminho para a liberdade é a emancipação pelo saber, porquanto, apenas desse modo, há a possibilidade da construção de acordos sociais que respeitem e valorizem a individualidade dos sujeitos dentro da coletividade. Assim se constituiria a sociedade ideal, algo semelhante ao que propõe o imperativo categórico kantiano, ou seja, poder-se-ia dizer que o postulado “age como se a máxima de tua ação deverá tornar-se, por tua vontade, lei universal da natureza” (KANT, 1997, p.70-71) configuraria um caminho moral para contrapor o paradoxo da tolerância e os inimigos da liberdade.

Referências bibliográficas

- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. São Paulo: Moderna, 1995.
- COSTA, Célio Juvenal. Reflexões sobre a relação indivíduo x civilização na sociedade atual. *Cadernos de Pesquisas em educação*, Espírito Santo, n. 38, p.11-34, jul.-dez., 2013.
- ESPINOSA, Baruch de. *Breve tratado de Deus, do homem e de seu bem-estar*. Tradução de Emanuel Angelo da Rocha Fragoso e Luis Cesar Guimarães Oliva. São Paulo: Autêntica, 2012.
- FROMM, Erich. *Psicanálise da sociedade contemporânea*, 7. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1974.
- KANT, Immanuel. *Fundamentos da metafísica dos costumes*. Trad. Lourival de Queiroz Henkel. São Paulo: Ediouro, 1997.
- MAGEE, Bryan. *Popper*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1974.
- POPPER, Karl Raimund; ECCLES, John. *The Self and its brain*. Berlin, Heidelberg: Springer International, 1977.
- POPPER, Karl Raimund. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
- SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- TEIXEIRA, Livio. *A doutrina dos modos de percepção e o conceito de abstração na filosofia de Espinosa*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

Recebido em: 03/2023
Aprovado em: 04/2023